

Línguas encantadas, memórias vivas: o povo Kiriri do Acré e a retomada da língua Pankawá¹

Maria Carolina Arruda Branco²

Doutoranda em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0001-8858-153X>

mariacarolinaarrudabranco@gmail.com

Introdução

O século XXI tem sido marcado por um crescente movimento global de valorização e revitalização de línguas ameaçadas, impulsionado por iniciativas internacionais, como a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI) proclamada pela Organização das Nações Unidas no ano de 2019, estabelecendo o período de 2022 a 2032 como de atenção global para a situação de ameaça em que muitas línguas indígenas se encontram, e mobilizar agentes ao redor do mundo para a sua preservação, revitalização e promoção. No Brasil, este marco tem se organizado através da Década das Línguas Indígenas no Brasil, constituída pelos “GT Nacional das Décadas das línguas indígenas”, “GT Nacional das Línguas de Sinais Indígenas” e “GT Nacional do Português indígena”, que buscam contribuir para o “aperfeiçoamento de políticas de línguas no âmbito linguístico, cultural, educacional e social visando a garantia do direito dos Povos indígenas no Brasil no uso de suas línguas”³. Este movimento busca, entre outras coisas, o fortalecimento e revitalização das línguas

1 Este artigo foi elaborado primeiro para a disciplina ANT 029 - Teorias de Sociedades, ministrada pelo Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden, a quem agradeço pela primeira leitura, sempre atento e generoso e pelas sugestões de avanço no diálogo proposto. Também agradeço aos pareceristas pelas valiosas contribuições e alertas. Assumo total responsabilidade pelo conteúdo deste trabalho.

2 Doutoranda em Antropologia Social pela UFSCar, Mestre em Antropologia pela UFGD. Bolsista FAPESP. Pesquisadora vinculada ao Humanimalia/UFSCar e ao ELO/UFSCar. Realiza pesquisa junto ao povo Kiriri do Acré no Sul de Minas Gerais

3 Como consta no documento “Propostas do GT Nacional da Década das Línguas Indígenas para subsidiar o Departamento de Línguas e Memória Indígena” que pode ser acessado junto dos outros documentos que compõem este movimento no site: www.decadalinguasindigenasbr.com.

indígenas, evidenciando o protagonismo indígena no processo de fortalecimento das suas línguas. No Nordeste e Leste Indígena, este movimento ganha contornos particulares, diferente dos contextos de outras regiões do Brasil, sobretudo pelo que diz respeito à vitalidade das línguas nesta região, que em sua maioria, são consideradas “extintas” por grande parte dos linguistas.

O povo Kiriri do Acré, no município de Caldas, sul de Minas Gerais, protagoniza um singular processo de retomada linguística conectado às dimensões espirituais e cosmopolíticas da sua existência. A retomada da *língua⁴ Pankawá*, que é empreendida pelo povo Kiriri do Acré, e conduzida em diálogo com os *Encantados na Ciência*, é possibilitada sobretudo através do relacionamento de cuidado com o território que habitam. O povo Kiriri possui aulas de Língua Materna na grade curricular da Escola Estadual Ibiramã Kiriri do Acré, e semanalmente os estudantes aprendem a *língua Pankawá* em aulas ministradas pela professora Roseni Pankaru (Henrique & Ramos, 2021; Branco, 2023). Na aldeia as pessoas Kiriri possuem um esforço de aprender a *língua Pankawá*, e neste processo as crianças são agentes potentes, pois através das aulas na Escola elas se tornaram as primeiras a conseguir falar frases inteiras na *língua* além de que como me contou Roseni, os *Encantados* em diversos momentos devolvem as palavras na *língua Pankawá* através das crianças.

Este artigo busca discutir os processos de retomada linguística dos Kiriri do Acré, em busca da compreensão de como a *língua Pankawá* se manifesta enquanto uma “língua encantada”, viva nas interações entre os humanos e os seres outros-que-humanos. Este artigo é construído a partir de minhas notas de campo no mestrado durante um período em março e abril de 2023 e um campo já no doutorado em abril de 2024 e janeiro e abril de 2025. A análise parte de um diálogo com estudos linguísticos e antropológicos, bem como com as narrativas dos próprios Kiriri do Acré, enfatizando a centralidade da Escola, dos rituais e da relação com a terra na retomada da *língua*. Para tanto, o artigo está organizado da seguinte maneira: uma apresentação à pessoa leitora de quem são os Kiriri do Acré; a contextualização de alguns processo de revitalização linguística de povos indígenas no Brasil; a apresentação do modo como a *língua Pankawá* se insere neste contexto mais amplo de revitalização linguística; a investigação de como o ritual se apresenta como momento privilegiado e potencial para a retomada da *língua Pankawá*; e, por fim, uma breve consideração final, buscando organizar e amarrar as ideias refletidas ao longo do texto.

⁴ Ao longo deste trabalho, o recurso ao itálico será utilizado para evidenciar as falas dos Kiriri, para indicar palavras estrangeiras e títulos de livros; as aspas serão utilizadas para evidenciar conceituações antropológicas.

Situando o povo Kiriri do Acré

O povo Kiriri do Acré ou Kiriri do Rio Verde, ambos etnônimos que este povo reconhece, vivem na zona rural do município de Caldas, sul do Estado de Minas Gerais. Seu território, denominado *Ibiramã Kiriri do Acré*, é uma área que abriga atualmente por volta de 80 pessoas. A disposição do território conta com as casas das famílias, a Escola, que carrega o mesmo nome do território – “Escola Estadual Ibiramã Kiriri do Acré” –, a Casa da Medicina tradicional inaugurada em abril de 2025, para celebrar e valorizar a medicina do povo Kiriri, mas também local em que trabalha a técnica de enfermagem e onde a equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) atende, há também na aldeia a Casa da Farinha, a Biblioteca e o *poró*, nome dado à *Casa da Ciência*, lugar por excelência do relacionamento com os *Encantados*, sujeitos outros-que-humanos⁵ que compõem a cosmologia do povo Kiriri do Acré, e que fica localizada em uma área preservada de Mata Atlântica dentro da comunidade; o Rio Verde banha o território.

Abaixo insiro a imagem de uma maquete da comunidade produzida pelos estudantes da Escola em 2023. Nela é possível observar que a disposição das casas na aldeia circunda o espaço de maior circulação, em que estão a Escola, a Biblioteca e a antiga base de saúde que foi substituída pela Casa da Medicina Tradicional, que não está na maquete, pois é uma inauguração mais recente, que foi alocada em local mais periférico, mas ainda neste espaço de maior circulação. No canto inferior esquerdo da imagem, afastado do centro da aldeia, na mata, indicada por algumas árvores ao redor, está o *poró*.

5 Falo em termos de “outros-que-humanos” considerando a crítica de Marisol De la Cadena ([2015] 2024) a Bruno Latour, sobre a terminologia “não-humanos”. Como sugere a autora, falar em “não-humano” seria uma forma de antropocentrismo, uma vez que o outro seria definido por negação ao humano. Contexto que Vander Velden e Silveira (2021) tensionam com a provocação de que “As formas como chamamos esses outros, sejam elas quais forem, não estão destituídas de uma visada antropocêntrica ou de um lugar arbitrário humano, na medida que sempre é o humano que significa o outro, lhe atribui alteridade e estipula graus, níveis ou seja lá o que for de humanidade, ou nem isso, neste jogo relacional conflitivo.” (2021, p. 6). Ainda considerando essa crítica, opto por falar em “outros-que-humanos” por compreender que, no contexto etnográfico em que atuo, esta formulação parece contemplar mais adequadamente o contexto encantado do que “não-humanos” ou ainda, “mais-que-humanos”.



Figura 1. Maquete da Aldeia Ibiramã Kiriri do Acré

Acervo pessoal, foto da autora, 22/04/2023.

Os Kiriri do Acré chegaram ao Estado de Minas Gerais em 13 de março de 2017, com cerca de 16 famílias que saíram do município de Muquém do São Francisco, no oeste do Estado da Bahia, em busca da *terra verde* (Henrique, 2019; Branco, 2023). Os Kiriri enfatizam que o processo de busca pela *terra* se deu pela perspectiva de melhorar as condições de vida e com a direção dos *Mestres Encantados*. Segundo Carliusa, vice-cacica da aldeia, em fala no evento em celebração ao dia dos povos indígenas, em abril de 2024, os *Mestres Encantados* já haviam dado a *visão* aos Kiriri, eles já tinham ido ao território mesmo antes de pisar os pés nele. Os *Encantados daqui*, referindo-se ao território em Caldas, é que lhes apresentaram e lhes conferiram a missão de *cuidar* do território, uma vez que *outros que passaram por aqui, não souberam cuidar dessa terra* – atestação feita pelos *Encantados* aos Kiriri no contexto ritual da *Ciência*⁶ no *poró*.

⁶ De forma resumida, a *Ciência* junto com o *Toré* realizado pelo povo Kiriri do Acré são momentos rituais distintos, mas profundamente relacionados dos quais os Kiriri participam, sendo o primeiro caracterizado por sua dimensão do *segredo* e o segundo pela dimensão da *brincadeira*. Para este contexto, cf. Branco (2023, 2024).

Importante sinalizar que o povo Kiriri que hoje habita um território no sul de Minas Gerais é parente dos Kiriri da Bahia, especialmente daqueles em Muquém do São Francisco, local de onde migraram, e também mantém vínculos com os Kiriri de Mirandela, aldeamento conhecido desde o período colonial, chamado Saco dos Morcegos. Na segunda metade do século XVII, teve início entre os Kiriri a ação catequética da Igreja Católica, que, segundo Maria de Lourdes Bandeira (1972), foi inicialmente conduzida por missionários franceses, posteriormente substituídos por italianos e, por fim, pelos jesuítas portugueses. Saco dos Morcegos, atual Mirandela, localizada em Banzaê, na Bahia, foi fundada no século XVII pelo jesuíta português João de Barros com o intuito de reunir os “Kipeá-Kiriri” (Brasileiro, 1996, p. 48). Trata-se de um aldeamento que perdura até os dias atuais e ainda se constitui como o principal território Kiriri, referenciado em diversos contextos, por meus interlocutores, como *Território Mãe*. A migração de parte do grupo de Mirandela para Muquém do São Francisco ocorreu dentro de um contexto de trocas e deslocamentos entre povos indígenas no Nordeste, circuito no qual os Kiriri estão inseridos há muito tempo. A terra em Muquém do São Francisco foi cedida aos Kiriri por um grupo Xukuru-Kariri, que migrou desse território para Glória, na Bahia, e posteriormente para Caldas/MG (Bort Jr., 2024; 2021; Bort Jr. & Henrique, 2020).

Os povos indígenas e os processos de revitalização linguística

Os estudos antropológicos acerca da e em colaboração com as populações indígenas no Nordeste brasileiro reúnem contribuições muito relevantes sobre um contexto particular e distinto da maioria das outras regiões do Brasil. O que aqui chamo de Nordeste, caminha junto à bibliografia antropológica que compreende o Nordeste Indígena e o Leste. Para essa delimitação somam-se os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e se exclui o Maranhão (Carvalho & Reesink, 2018). Os Estados que compõem o que se comprehende aqui como Nordeste Indígena estão justapostos pelas semelhanças históricas, sobretudo no tocante às trajetórias de contato e colonização. Essas relações são reconhecidas inclusive pelos povos indígenas nesta região que se organizam politicamente através da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

Ao falar dos povos indígenas no Nordeste, é essencial reconhecer que o ritual do Toré, amplamente praticado por diversas etnias da região, vai muito além de um simples “sinal diacrítico” ou de uma performance para “branco ver”. Esse ritual desempenhou e continua desempenhando um papel fundamental no processo de retomada territorial e na afirmação da identidade étnica desses povos. Esse caminho de resistência e reafirmação

identitária só se torna possível graças à presença e atuação dos *Encantados*, seres outros-que-humanos que habitam e compartilham o universo cosmológico de muitos desses povos. O Toré pode ser compreendido:

Entre a alegoria do “índio autêntico” e o “ritual sociocultural totalizador”, o toré parece ser a cultura diacrítica compartilhada no Nordeste, invariante em sua denominação, porém variante em sua expressão sociocultural cognofetiva: o toré tem sido como um fluxo transcultural em toda a região, que se atualiza em uma variante local com tendência forte a se transformar em variante etnocultural específica sem perder seu caráter reconhecidamente transcultural (Carvalho & Reesink, 2018, p. 95).

O Toré foi amplamente utilizado pelo Estado brasileiro como instrumento para atestar uma certa “autenticidade” da indianidade dos povos indígenas no Nordeste, o que, ao que parece, conduziu à interpretação do ritual como mero marcador identitário indígena desses coletivos. Este movimento do Estado totalizador, em achatar contextos forçando populações inteiras à uniformização, é bem antigo (Oliveira, 2016; Clastres, 2014).

Embora o Estado brasileiro reconheça como línguas oficiais apenas o Português e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sabe-se que no Brasil há uma ampla diversidade linguística. Esse contexto de soberania dos Estados Nacionais ameaça a existência de línguas minoritárias não-oficiais, cenário global que também se apresenta no Brasil (Franchetto, 2014). Desde o Censo de 2010, contabiliza-se que haja cerca de 274 línguas faladas por diferentes povos indígenas em todo o território nacional brasileiro, mas com os números recém publicados do Censo de 2022, os dados indicam que haja 295 línguas indígenas faladas no Brasil, 21 novas línguas contabilizadas desde o último Censo. Além destas, há línguas faladas por comunidades quilombolas, ciganas, imigrantes, entre outras. O Brasil se apresenta, assim, como um Estado multilíngue. Nota-se ainda, no cenário brasileiro, o movimento de revitalização linguística, protagonizado sobretudo por povos indígenas que, por diferentes motivos, tiveram suas línguas reduzidas muitas vezes a listas de palavras, mas que ativamente se movimentam para a retomada e revitalização de suas línguas.

Os povos indígenas no Nordeste brasileiro são, não de forma exclusiva, protagonistas neste campo da retomada linguística, como evidenciarei através da experiência do povo Kiriri do Acré. Luiz Amaral (2020), discute o uso de diferentes termos como revitalização, manutenção, retomada e até sustentação linguística para descrever práticas voltadas ao apoio a línguas ameaçadas, especialmente as línguas indígenas no Brasil. Ele observa

que o emprego destes termos carrega significados variados. A definição de revitalização linguística como o restabelecimento de uma língua que deixou de ser usada é limitada, pois não contempla a diversidade dos contextos vivenciados pelas comunidades. Isso exposto, ele evidencia que alguns autores preferem utilizar manutenção linguística quando a língua ainda é falada e transmitida, e retomada linguística quando ela deixou de ser usada. No entanto, para facilitar o diálogo entre diferentes experiências e contextos, Luiz Amaral adota o termo revitalização linguística em um sentido mais amplo, de um campo de estudo dedicado a manter, apoiar, retomar ou revitalizar línguas ameaçadas, adormecidas e/ou minorizadas⁷.

Bruna Franchetto (2014), refletindo sobre a revitalização linguística, destaca que o trabalho de manutenção e propagação de línguas ameaçadas envolve parcerias entre linguistas e comunidades falantes de línguas minoritárias, ameaçadas ou mesmo extintas. Cada contexto exige pesquisa e metodologias específicas, baseadas nas características sociolinguísticas da população e nos objetivos definidos pela própria comunidade.

O caso da língua Patxohã, talvez seja o mais fascinante. Segundo Anari Bomfim (2017), a retomada linguística, na experiência dos Pataxó, é um processo coletivo de reapropriação da língua ancestral, inspirado e articulado sobretudo com as experiências de retomada territorial deste povo. Na lógica de que assim como terras são retomadas pela resistência, a língua ancestral que em algum momento, por diversos motivos, deixou de ser falada no cotidiano também pode ser retomada, reconstruída e vivida pelas novas gerações. Esse processo teve início com ações educativas de ensino da língua nas escolas e a transmissão intergeracional que ganha força com a mobilização de jovens, professores e pesquisadores indígenas. No caso dos Pataxó, isso culminou na criação do Projeto de Pesquisa e Documentação da Cultura e Língua Pataxó, resultando no processo de retomada da língua batizada de Patxohã ou língua do guerreiro. Este processo de retomada do povo Pataxó trouxe luz a uma reflexão potente de que a retomada não é uma simples retomada do passado, mas uma reconstrução viva, que integra retomada territorial, pesquisa, engajamento da comunidade, mobilização política, produção de conhecimento, relacionamento com encantados, fortalecimento cultural e certamente outras coisas. É um ato de afirmação e de continuidade, em diálogo com as dinâmicas do presente.

Os Xukuru-Kariri em Caldas, como observado por Bort Jr. (2021), apresentam um repertório linguístico diverso, dentro de um contexto histórico-sociolinguístico de intensas trocas e conflitos, o complexo linguístico da comunidade é composto por elementos do português, do Yaathe e, possivelmente, de línguas da família Kariri, mas se transforma

7 A compreensão dos usos dos termos neste texto segue este direcionamento.

com a introdução do ruãynyn'rẽuẽ. Que é a língua falada pelo povo Xukuru-Kariri, esta língua, que por sua vez, se conecta a um saber ancestral, reconhecido como "uaihionê" - a linguagem original, que, segundo os próprios Xucuru-Kariri, é reencontrada na mata ou nos livros, jamais inventada. Bort Jr (2021) destaca a presença do ruãynyn'rẽuẽ, no cotidiano escolar e político-ritual da comunidade, o fenômeno do reencontro com a língua desafia visões contemporâneas sobre autenticidade linguística e revela que a adoção ou recriação de línguas não descaracteriza a identidade indígena, mas a reafirma em novas formas.

No caso dos Kiriri em Mirandela, Moraes (2021), propõe que os termos "mortas" ou "extintas", não se aplicam às línguas indígenas no Nordeste, pois elas encontram-se em processo de retomada linguística e em diálogo constante e íntimo com sua espiritualidade, e com os seres que compõem o cosmos junto com eles, afirmam ainda que possuem suas línguas "maternas"/"tradicionalis"/"ancestrais", e que elas nunca foram "extintas"/"mortas". E isso justamente porque seres outros-que-humanos as têm guardado e sistematicamente as devolvem aos indígenas, isto é, não se trata de línguas extintas ou mortas, porque sobreviveram ao longo dos séculos em posse dos encantados. A autora evidencia que os Kiriri naquela região foram historicamente expostos a um processo de glotocídio que resultou na redução da variedade linguística na região. No entanto, destaca o processo de fortalecimento linguístico⁸ que eles têm empreendido com o suporte dos encantados que, através do ritual do Toré, falam palavras e frases na "língua dos antigos", construindo uma articulação em que os conhecimentos da língua vão sendo incorporados pelas pessoas.

Há outros casos como o dos Balotiponé, no Estado de Mato Grosso, no processo de revitalizar a língua Umutina que foi "extinta" em decorrência do contexto histórico marcado por conflitos territoriais e epidemias apresentado por Franchetto (2014, p. 11). A autora enfatiza que a memória da língua está viva na comunidade e existem esforços conscientes dos professores em se capacitar para a revitalização da língua, de modo que possam compreender e se comunicar em seu idioma. Neste processo, a Escola Indígena Jula Paré é central no processo de revitalização linguística para este povo.

Ou ainda o caso do povo Tuxá de Rodelas, no Estado da Bahia, estudado por Durazzo (2019). O Povo Tuxá, através do processo de autodemarcação do território Dzorobabé, iniciado em 2017, iniciou também o processo de revitalização da língua Dzubukuá, processo que os fortalece ao passo que fortalece os encantados que ali habitam. O povo

⁸ A autora enfatiza que se refere ao processo de "revitalização linguística" dos Kiriri em Mirandela como "fortalecimento linguístico", pois propõe que esse processo seja referenciado a partir das concepções dos falantes, neste caso, de seus interlocutores (Moraes, 2021, p. 505).

Tuxá vem empreendendo estudos nos materiais de registro da língua Dzubukuá, mas é amparado na ciência que este processo ganha força, pois a ciência, é o local privilegiado de relacionamento dos indígenas com os encantados e momento em que os encantados devolvem as palavras na língua. O autor apresenta ainda, como o relacionamento de longa data dos povos Tuxá, Truká e Tumbalalá os posicionam também no contexto de revitalização linguística, no qual identificam na língua Dzubukuá um potencial de articulação política e epistemológica, apresentado como língua homônima na região em que residem, situada entre os estados de Pernambuco e Bahia.

O caso do Povo Kiriri do Acré analisado por Henrique e Ramos (2021), mostra que a permanência na *terra verde*, o relacionamento com os *Encantados* e o lugar da Escola são fundamentais para que a retomada da *língua* seja possível. As autoras afirmam que, apesar de Roseni Ramos Pankaru ser a professora responsável pelo resgate linguístico, é no relacionamento com a terra e com os Encantados que este empreendimento se consolida e então a *língua Pankawá* passa a ser devolvida pelos *Encantados*, como aprofundaremos no próximo tópico.

Diante de tantos caminhos trilhados pelos povos indígenas para revitalização linguística, torna-se evidente que este processo não se resume a um retorno ao passado, mas em muitos casos, à criação de um presente em colaboração. As experiências demonstram que a língua não habita apenas os dicionários, mas os corpos, os rituais, os cantos, os sonhos e os encontros com seres outros-que-humanos. O território, longe de ser mero solo geográfico, é uma malha de relações. Assim, pensar língua e território entre os povos indígenas é reconhecer que cada palavra retomada carrega uma potência de reexistência, e que cada retomada linguística é, também, uma retomada do mundo.

A língua Pankawá

A discussão linguística no contexto indígena brasileiro se organiza na classificação das línguas em dois grandes troncos linguísticos, o Macro-Tupi e o Macro-Jê, além de um conjunto de outras famílias e de línguas consideradas isoladas como Aikaná, Arúak, Karib, Mura, Pano, Tukano, Yanomami, entre outras⁹. O Kariri, segundo o linguista Aryon D. Rodrigues (2014), é uma pequena família linguística sul-americana “cujas línguas não são mais faladas”, havendo nesta família duas línguas amplamente documentadas em publicações do final do século XVII, o Kipeá e o Dzubukuá. O autor classifica ainda

9 Para visualização dos troncos e famílias linguísticas com maior detalhe consultar o site do Instituto Socioambiental: <https://pib.socioambiental.org/pt/Línguas#:~:text=Em%20meio%20a%20essa%20diversidade,Sateré%20Mawé%2C%20Taurepang%2C%20Terena%2C>. Acesso em 07 de junho de 2025.

as línguas da família Kariri no tronco linguístico Macro-Jê, no entanto há controvérsias quanto à classificação do Kariri como língua pertencente a este tronco, sobretudo no trabalho recente empreendido pelo linguista Andrey Nikulin (2020), que apresenta em sua tese de doutorado posição contrária ao alargamento do tronco Macro-Jê.

O autor analisa o Kipeá a partir dos trabalhos de Mamiani (1942, 1877) e o Dzubukuá a partir do trabalho de Nantes (1896). Nikulin disponibiliza o “Quadro 2.9. Semelhanças técnicas entre as línguas Karirí, Proto-Macro-Jê, Proto-Chiquitano e Proto-Tupí”, em que compara as palavras nas línguas Kipeá e Dzubukuá com as palavras reconstituídas do Proto-Macro-Jê, Proto-Chiquitano e Proto-Tupí. As semelhanças técnicas encontradas pelo autor para as línguas Karirí são de: “5–6 para o Proto-Macro-Jê, 2–3 para o Chiquitano, 3–5 para o Proto-Tupí” (Nikulin, 2020, p. 77), números que, segundo afirma, “são compatíveis com a hipótese de que a família Karirí poderia formar parte de uma mesma macrofamília que os troncos Macro-Jê e Tupí, sendo equidistante desses dois troncos” (Ibid., p. 77). O autor ainda levanta uma hipótese de que, a partir das semelhanças encontradas no vocabulário básico, as famílias Karirí, Caribe e Boróro, poderiam formar um tronco linguístico à parte, que “poderia estar remotamente relacionado à suposta macrofamília Macro-Jê-Tupí” (Ibid., p.77).

Em outro trabalho (Branco, 2023), afirmei que as línguas Kipeá e Dzubukuá estavam classificadas no tronco linguístico Tupi; no entanto, claramente houve um equívoco de minha parte em fazer tal afirmação. Contextualizada melhor sobre as disputas em torno da classificação de ambas as línguas em determinados troncos linguísticos, sinalizo sua existência e suas controvérsias, a fim de evidenciar que se trata de um campo em disputas, no qual afirmações sobre as classificações das línguas são nebulosas. A fim de não reincidir no equívoco, evidencio o cenário para que possamos ir adiante.

Os Kiriri do Acré coabitam o território junto de outras etnias, dentre elas é importante enfatizar os Pankaru ou Pankararú¹⁰. Relacionamento de longa data, estes dois povos compartilham o mesmo território desde a Bahia e se constituem enquanto família. Roseni é uma mulher Pankaru, como afirma, já sua irmã Carliusa se afirma uma mulher Kiriri, pois se criou junto dos Kiriri com quem divide residência desde os dez anos de idade (Branco, 2023). Atualmente em Caldas todos na aldeia se reconhecem enquanto povo Kiriri do Acré.

¹⁰ De modo geral, utilizarei a primeira grafia pois é a forma como os Kiriri habitualmente se referem. Conforme me alertou Roseni em comunicação pessoal (abril, 2025), Pankaru e Pankararú, neste caso, são o mesmo povo, sendo ela pertencente a este.

Roseni, é a principal estudiosa da *língua*, dedicada ao estudo a muitos anos é a responsável pelo compartilhamento dos conhecimentos e do ensino da *língua* na Escola. Tive o privilégio de assistir a uma aula de *língua* materna ministrada por ela, na Escola Estadual Indígena Ibiramã Kiriri do Acré durante meu campo no mestrado. Na aula que pude assistir, bem como no *Livro dos Saberes Tradicionais do Povo Kiriri do Acré* (Ramos; Pankaru; Wunder, 2021, p. 94) escrito pela comunidade, o Kipeá é evidenciado como a língua falada pelos Kiriri, enquanto que o *Zebupuá*¹¹ é falado pelo povo Pankararú.

O processo de retomada da *língua* empreendido pelos Kiriri se apoia em *pesquisas e estudos* na tradição da *Ciência*, e neste cenário é importante enfatizar também a atuação de outros indígenas parceiros neste processo, como Luã Apyka, professor de língua guarani da aldeia Tabaçu rekoypy, Piaçaguera, localizada em Peruíbe, litoral do estado de São Paulo, e coordenador do GT Sudeste da Década das Línguas Indígenas no Brasil. Luã realiza diversos cursos de língua guarani em módulos básicos, intermediários e avançados, além de produzir materiais de circulação interna na aldeia Piaçaguera sobre o ensino da língua. A relação dos Kiriri com o estudo da língua guarani ensinada por Luã, é parte de um esforço consciente dos Kiriri em se aproximar “das línguas indígenas” como evidenciam (Ramos, Pankaru & Wunder, 2021, p. 94), mas também de um movimento de busca por conhecimentos e domínio de metodologias para aplicar no ensino da *língua Pankawá* na aldeia Ibiramã Kiriri do Acré, nome este que já faz parte da língua em retomada sendo colocada em prática pelos Kiriri: *Ibiramã* significa “terra da fartura” e *Acré* pode ser traduzido por “Rio Verde” (Henrique & Ramos, 2021).

Colocando em curso o processo de retomada linguística, os Kiriri têm se apoiado nos estudos de materiais registrados das línguas Kipeá e Dzubukuá durante o período colonial, e vão compondo uma biblioteca de materiais deste período; bem como de artigos e trabalhos acadêmicos disponibilizados pelos pesquisadores que figuram como parceiros constituídos no estado de Minas Gerais. Outra maneira em que a trama da retomada da *língua* é tecida se dá através dos sonhos, nos quais palavras, nomes e orientações são dadas aos Kiriri pelos *Mestres Encantados*¹². E ainda, talvez a forma mais relevante de retomada da *língua*, ocorre através da *Ciência*, que é onde os *Mestres Encantados*:

11 Esclareço que a grafia “Dzubukuá” é amplamente difundida e utilizada em registros da língua, enquanto que a grafia “Zebupuá” é utilizada pelo povo Kiriri do Acré, referindo-se a mesma língua, como me revelou Roseni em comunicação pessoal (fevereiro, 2025). Sendo assim, utilizo as duas grafias. Sempre que me referir a algo que está na literatura, utilizarei “Dzubukuá”, seguindo a grafia dos demais autores; e sempre que me referir aos Kiriri do Acré, utilizarei a forma Zebupuá, porque é como grafam.

12 Rodrigues (2021), trabalhando com os Kiriri em Mirandela, possui um trabalho interessante neste sentido.

Chegam até nós nos ensinando toantes e frases na língua. *Nossos Mestres Encantados na Casa da Ciência nos ensinam e nos ajudam a revitalizar a língua.* Hoje sabemos falar algumas palavras graças a eles, e essas palavras são muito valiosas para nós. *Na Casa da Ciência, ou Poró, os Mestres Encantados chegam, cantam ou dizem algo na língua, e em seguida traduzem para que possamos aprender.* São os Mestres também que sugerem o nome indígena para as crianças, podendo os pais aceitarem a sugestão ou buscar em outras fontes, o nome indígena para o recém-nascido. Também são os Mestres Encantados que dão o nome indígena aos recém-casados durante o casamento indígena. Por isso, *quando pesquisamos em livros, vamos às fontes mais antigas, uma vez que atualmente temos nossos Mestres para nos ensinar e tirar nossas dúvidas.* (Ramos, Pankaru & Wunder, 2021, p. 94, grifos meus.)

De modo semelhante, Henrique e Ramos (2021) relatam que, durante a *Ciência*, ao passo que os *Encantados* ensinam e devolvem as palavras aos Kiriri, eles orientam que eles levem cadernos para que possam anotar as palavras e aprenderem, havendo ainda a gravação dos cantos ensinados durante os rituais, para que depois os Kiriri possam ouvi-los e praticá-los em outros momentos. Assim como nos contextos apresentados no tópico anterior, sobre outros povos e seus processos de revitalização, faz-se necessário observar como, no caso do povo Kiriri do Acré, os *Encantados* e a *Ciência* são também muito importantes. Como dito pelos Kiriri, “*quando pesquisamos em livros, vamos às fontes mais antigas, uma vez que atualmente temos nossos Mestres para nos ensinar e tirar nossas dúvidas*”. Se as fontes mais antigas estão disponíveis para *ensinar e tirar dúvidas* é porque os Kiriri estão profundamente imbricados em um relacionamento de respeito, afeto e cuidado com o território, com a *Ciência* e com os *Mestres Encantados*.

Neste ponto, abro um (longo) parêntese, pois pode ser importante explicar algumas nuances e particularidades do contexto etnográfico da língua *Pankawá*. Acima, sinalizei o contexto linguístico das línguas Kipeá e Dzubukuá, pois a forma como os Kiriri do Acré se apropriam dos materiais dessas línguas pode causar estranhamentos. Primeiro, a grafia de Dzubukuá como *Zebupuá*: não sei ao certo o porquê dessa forma de escrever, uma vez que Roseni me afirmou tratar-se da mesma língua. Tendo a pensar que essa grafia *Zebupuá* se aproxime mais da maneira como a palavra é pronunciada, mas isso é apenas uma especulação. Adiante, na foto do quadro da aula de Roseni, é possível ver, na lateral esquerda, a grafia da palavra como *Zebupuá*, assim como aparece no *Livro dos Saberes* (2021, p. 94).

O relacionamento dos Kiriri com os Guarani e a afirmação de que “temos estudado nos últimos tempos especialmente a língua guarani, do tronco Tupi-Guarani, para nos aproximarmos das línguas indígenas” (*Ibid.*, p. 94) pode parecer confuso, mas essa é as

afirmações dos próprios Kiriri no rumo à retomada de sua *língua*. Talvez por isso cantem: *Tupi, Tupi, Tupi-Guarani. Tupi, Tupi, Tupi-Guarani. É o linguajar da Tribo Kiriri. É o linguajar da Tribo Kiriri.* E talvez, neste ponto, meu equívoco esteja justificado. Apesar de indicarem essa direção da possibilidade de revitalização, ou retomada, por meio dos livros, os Kiriri são enfáticos ao apontar o lugar privilegiado que a *Ciência* ocupa nessa equação. É, sem sombra de dúvidas, o espaço de relacionamento por excelência com os *Encantados* e, portanto, o momento em que se devem gravar as toantes e registrar as palavras que lhes vão sendo devolvidas pelos *Encantados*.

Falo em retomada linguística em diálogo com os estudos sobre revitalização linguística, mas, como me disse Roseni em aula, a *língua Pankawá* é uma junção do Kipeá e do Zebupuá, fruto do relacionamento de longa data entre os povos Kiriri e Pankaru. Certamente, o guarani aprendido com Luã, também fruto de um relacionamento cultivado, compõe essa língua, assim como o “português índio”¹³, idioma no qual os Kiriri do Acré foram inseridos, mas que utilizam de forma singular, um português kiriri ou ainda a kirirização do português.

Por fim, e talvez mais importante, a *língua Pankawá* é devolvida pelos *Mestres Encantados*. É o relacionamento com eles que permite o reencontro com essa *língua*, com a possibilidade de uma retomada que é, sobretudo, uma reconstrução viva e potente da *língua Pankawá*. Digo isso certa de que, assim como Bort Jr. (2021) evidenciou no caso do povo Xukuru-Kariri, esse fenômeno protagonizado pelos Kiriri desafia visões contemporâneas sobre autenticidade linguística e revela que a adoção, recriação, resgate, retomada ou reencontro de línguas não descharacteriza a identidade indígena de um povo, mas a reafirma em novas formas. Fecho este (longo) parêntese.

O ritual que guarda e potencializa a *língua materna*

De início, acho importante trazer a discussão que Leandro Durazzo (2022) levanta acerca da hipótese da existência da categoria “línguas encantadas” no contexto dos povos indígenas no Nordeste, refletindo sobre o caso do povo Tuxá, categoria que volta a trabalhar em outro texto em colaboração com Bonfim (Bonfim & Durazzo, 2023). As classificações linguísticas consideram a maioria das línguas dos povos indígenas no Nordeste como “extintas”; no entanto, “tais línguas permanecem em uso corrente no que

¹³ Como nos lembra Maher (1996), falar em “Português Índio” é uma simplificação, pois cada povo indígena tem sua própria forma de usar a língua portuguesa, como o Português Apurinã, Português Kaxinawá, entre outros. No entanto, a autora utiliza a categoria geral “Português Índio” para destacar que os indígenas também afirmam sua identidade por meio da língua dominante. Além disso, os professores indígenas usam o português não só para expressar suas identidades étnicas, mas também seu pertencimento a um projeto político comum entre diferentes povos.

diz respeito às relações entre humanos e os seres encantados” (*Ibid.*, p. 5). Os autores sugerem pensar a região do Nordeste Indígena como área etnolinguística das línguas encantadas, evidenciando os processos de revitalização linguística em que os Encantados são agentes fundamentais, através do “complexo ritual da ciência”, complexo composto por “distintas práticas sócio-rituais” nas quais a comunicação entre indígenas e seres outros-que-humanos se fundamentam na ciência, na qual “entidades de distintos estatutos ontológicos se põem em contato e interlocução” (*Ibid.*, p. 5). Desta forma, as línguas, na compreensão dos autores, fazendo eco junto aos povos indígenas naquela região, não foram extintas, mas diante dos contextos aos quais os povos indígenas no Nordeste foram submetidos, elas se encantaram, e estão, portanto, junto dos Encantados, que se expressam a partir dessas línguas e vão transmitindo-as aos especialistas rituais para que a comunidade possa ter acesso a este conhecimento.

A ciência atua, portanto, “como principal instituição de regulação da língua” (*Ibid.*, p. 7), em que *Encantados* e o Território são protagonistas junto aos povos indígenas. Isso, uma vez que “é pela habitação do espaço, pela coabitação com seres mais-que-humanos, que o estatuto encantado das línguas indígenas vem colaborar para a definição de uma área etnolinguística” (*Ibid.*, 2023). Afirmação que faz sentido quando trazida ao contexto do povo Kiriri do Acré.

A literatura nos auxilia nas reflexões sobre as relações entre o ritual e a língua, Marco Tromboni (2013), fundamentando sua tese acerca da teoria unificada do ritual e da linguagem, e buscando responder à questão do que há de humano no homem, é enfático em apostar na linguagem e no ritual como um só e mesmo fenômeno, que se presentifica nas “falas rituais”, sugerindo que a fala, tendo como meio a ação, permite preservar a forma. Há de se concordar com o autor que a língua está contida nos rituais, sobretudo na conexão proposta entre linguagem e sagrado¹⁴. Durazzo (2019, p. 337), por sua vez afirma que o conhecimento do Dzubukuá constituído pelo “estudo”, entre os Tuxá, faz parte de um projeto de “revitalização linguística que se ampara na ciência, como modo ideal de legitimação do próprio estudo, mas atualizado por meio de documentos e métodos científicos alguns conhecimentos alcançados, em outros contextos, apenas pelas práticas rituais”. Franchetto (2014, p. 8), analisando o contexto da língua Yawanawa, da família Pano, afirma que a música “é certamente o domínio mais amplo de uso da língua”, pois mesmo os jovens não falantes de Yawanawa sabem cantar as canções tradicionais e aprendem as novas músicas que vão surgindo ano após ano.

14 O autor, ao longo da tese fala em termos de “ritual religioso”, e vale a pena conferir o desenvolvimento de suas propostas. No entanto, para fins deste trabalho, concordarei parcialmente com o autor e sublinho que não falo em termos religiosos, pois meus interlocutores Kiriri falam sobretudo em termos de sagrado.

Os Kiriri do Acré, semelhante ao que se observa no texto de Durazzo, revelam que “[p]or meio de pesquisas e estudos na nossa tradição da Ciência, estamos resgatando nossa língua” (Ramos, Pankaru & Wunder, 2021, p. 94, grifos meus). Os Kiriri afirmam que algumas palavras de sua *língua* materna estão guardadas nas toantes rituais, que são as canções cantadas em contextos ritualísticos, as quais os Kiriri possuem inclusive um álbum gravado¹⁵. Podemos observar a presença de várias dessas palavras que as toantes rituais guardaram, se não em todos, em boa parte, das canções, como: “reiná”, “arrei”, “reiá”, “arrô”, “ro”, “eitcha”, “landjoa” e “ôlei”.

Se a *Ciência*, os *Mestres Encantados* e o território são fundamentais neste processo de retomada linguística, é porque sem o relacionamento dos Kiriri do Acré com eles, a dimensão do todo da vida não se sustentaria. Os Kiriri dizem saber da *perda da língua*, esta que não é encarada de modo fatalista por eles, pois como já observamos, a *língua* vem sendo devolvida pelos *Encantados*. Os Kiriri dizem não haver hoje quem *corta a língua*, isto é, quem conheça o sistema linguístico de modo integral e consiga se comunicar exclusivamente através da *língua*, mas o processo de retomada que protagonizam, os coloca a possibilidade de resgatar inclusive posições como esta de quem *corta a língua*.

A retomada da *língua Pankawá* acontece através do envolvimento ativo da comunidade. Através dos esforços e envolvimentos dos professores, estudantes, lideranças e *Encantados*. O *Pankawá* é retomado como potencialidade do relacionamento duradouro entre os povos Pankaru e Kiriri que hoje se constituem no sul mineiro na comunidade Ibiramã Kiriri do Acré, e sobretudo através das relações destes sujeitos comprometidos com a retomada de sua *língua* materna. Roseni, em comunicação pessoal (abril, 2025), em resposta à minha pergunta: “o que significa a palavra *Pankawá*?", me respondeu de forma certeira que “*Pankawá é nossa língua, nome dado pelos Encantados*”. Com minha pergunta buscava um significado para a palavra em si, e como resposta tive a compreensão de que *Pankawá* não diz respeito a uma palavra em específico, mas ao todo, a todas as relações que lhe cabem, *Pankawá é nossa língua*. Os Kiriri hoje ocupam um território identificado e a Escola¹⁶ é o espaço em que os conhecimentos da *língua* vão sendo passados de forma sistematizada às crianças, jovens, adultos e velhos, nas aulas de Língua Materna. Roseni é a grande responsável por este conhecimento, e hoje, na aldeia, todas as crianças e boa parte dos adultos consegue fazer a oração do Pai-nosso na *língua Pankawá*, o que é motivo de celebração entre os Kiriri.

15 Álbum este disponível no *Spotify*, onde pode-se encontrar muitas das toantes cantadas em momentos rituais e que fortalecem os Kiriri e os *Mestres Encantados*. Cf.: <https://open.spotify.com/intl-pt/album/4LioV6D4T8LHqKgiNT0KUR?si=ma8ZeKJQSWiHIFTE-l08mg>

16 Outros contextos em que a escola é fundamental neste processo de revitalização e/ou de fortalecimento podem ser encontrados em Silva (2014), Monserrat (2014) e Pereira da Silva (2014).

A preparação de materiais didáticos, para o fortalecimento de sua língua e de sua comunidade, está materializada no *Livro dos Saberes Tradicionais do Povo Kiriri do Acré* (2021) e no livro *Cantos e encantos de curas e de conhecimentos Kiriri do Acré* (no prelo¹⁷), que foram construídos pelos Kiriri em colaboração com pesquisadores para servir de documentação e material didático à Escola e à formação dos Kiriri do Acré. Se por um lado, “quando as crianças param de aprender [o] idioma ou aprendem pouco, a língua começa a entrar em um estágio de vulnerabilidade, fazendo com que a língua entre na classificação de uma língua em perigo” (Moraes, 2021), quando as “línguas encantadas” passam a ser devolvidas aos indígenas pelos *Encantados*, como em diversos lugares, incluindo o contexto sul mineiro dos Kiriri do Acré, a língua passa a ser ensinada, compartilhada, estudada e aprendida por todas as gerações. A língua Pankawá vem sendo retomada através da cooperação dos Kiriri junto aos seres outros-que-humanos com quem coabitam o cosmos.

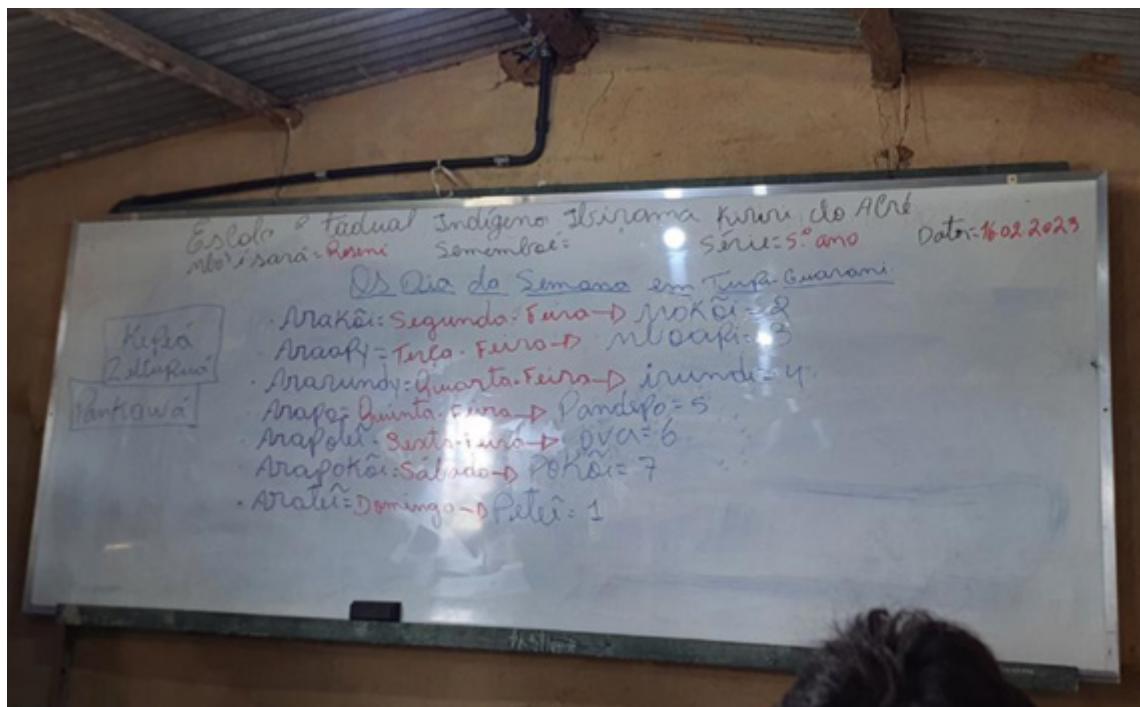


Figura 2. Aula de Língua Materna Ministrada por Roseni Pankaru.

Acervo pessoal, foto da autora, 16/03/2023.

¹⁷ O livro ainda não foi publicado, mas Nascimento (2024), pesquisador que está construindo o material junto dos Kiriri, possui um artigo falando um pouco sobre o projeto.

Considerações Finais

A retomada da *língua Pankawá* pelo povo Kiriri do Acré revela-se um processo que vai além da mera recuperação lexical e gramatical. Trata-se de uma reconstrução viva, de memórias vivas de uma língua que se encantou e que está intimamente conectada ao território, à Ciência, aos Encantados, às relações entre povos, aos sonhos e às práticas cotidianas da comunidade, e que envolve também a Escola Estadual Ibiramã Kiriri do Acré neste diálogo e fortalecimento.

A conexão entre *língua* e território, no caso dos Kiriri do Acré, não pode ser pensada em termos fixos de origem ou enraizamento geográfico, trago este ponto para refletir o contexto de migração em que este povo está inserido. A migração que leva parte dos Kiriri de Mirandela (BA) a Muquém do São Francisco (BA) e de Muquém para o sul de Minas Gerais, onde fundam o território Ibiramã Kiriri do Acré, não rompe com as cosmologias, memórias e práticas que sustentam a continuidade de seu povo. Pelo contrário, é neste deslocamento que se revela a potência móvel da territorialidade e vínculos ancestrais, que os Kiriri reivindicam. A terra em Caldas lhes foi apresentada pelos *Encantados* e nela só foi possível de fato fazer morada com a *autorização do Tapuia Kaniquim, verdadeiro dono da terra* (Henrique, 2019; Maciel & Henrique, 2022; Branco, 2023). Vejamos, o *dono da terra* é o povo Tapuia, com os quais, através de *Kaniquim*, os Kiriri realizam um pacto de cuidado e fortalecimento com estes que são seus parentes.

Nos termos de uma antropologia que leva a sério seus interlocutores e que portanto, escuta os *Encantados*, o território não é apenas uma delimitação geográfica, mas uma trama viva de relações com os seres humanos e outros-que-humanos, com os parentes próximos e os distantes, com os sonhos, as águas, as plantas, os bichos e as palavras. Nesse sentido, o território em Caldas é novo apenas na posição geográfica, pois na cosmopolítica Kiriri, ele é tecido por linhas de continuidade com os *Encantados* e com os parentes que outrora residiam ali. A retomada da *língua Pankawá*, não se desconecta da luta linguística dos Kiriri em Mirandela. Ela apenas se enraíza de forma particular, pois ela não é apenas um idioma em recuperação lexical, mas uma memória viva, moldada pela experiência de retomada, pelo acesso a documentos coloniais, mas também, e sobretudo, pelos relacionamentos e instruções dos *Mestres Encantados na Ciência*.

Logo, a língua que se fortalece na Bahia certamente não é a mesma que se retoma em Caldas, pois a “língua encantada”, em seu curso de devolução, não se constitui em um bloco fixo e imóvel; se parece mais com uma continuidade viva entre práticas relacionais de povos, seres outros-que-humanos e línguas. As línguas retomadas são variações de um mesmo tronco, o Kariri, mas do ponto de vista ontológico Kiriri do Acré, o que importa

é que *Pankawá* se trata de uma *língua* de força, de *Ciência* e de encantamento. É uma *língua* de reexistência. Teorizar a relação entre *língua* e território, nesse caso, exige abandonar a lógica da fixidez. A *língua* acompanha os corpos, os cantos, as cerâmicas, as folhas medicinais, os nomes de batismo, os desenhos das crianças e os rituais na mata. Ela se territorializa onde a vida Kiriri pulsa, em Caldas. O chão se torna território quando responde ao chamado dos *Encantados* e quando acolhe o povo e a *língua* em movimento.

Dessa forma, a experiência do Povo Kiriri do Acré soma-se a outras experiências no Nordeste Indígena, que desafiam as concepções de *língua* “viva” e de *língua* “morta”/“extinta”. Para eles, a *língua* nunca foi “morta”/“extinta”, mas se encantou, permanecendo acessível através dos vínculos com os *Mestres Encantados*. Assim, se faz cada vez mais necessário levar a sério os modos como os povos indígenas vêm compreendendo a vitalidade de suas *línguas*. O contexto de retomada da *língua Pankawá* reforça a importância da condução do povo Kiriri do Acré neste processo, pois mobiliza concepções identitárias de pertencimento, concepções de relacionamento com diferentes povos e com seres outros-que-humanos, concepções de memória, de vitalidade da *língua* e de resistência. Sendo o *Pankawá* expressão latente de que o encontro com a *língua* materna/original/ancestral pode ocorrer, mesmo ali onde boa parte da linguística vê apenas o domínio inexorável de uma *língua* nacional, majoritária e de origem colonial.

Referências

Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) (2020). Línguas indígenas: Revitalização e Retomada. (1h51min30s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SKZ-auc7noQ&t=96s> Acesso em 13 de março de 2024.

Amaral, Luiz (2020). Strategies for endangered language revitalization and the Brazilian reality. *Cadernos de Linguística*, 1(3), 01–44. <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n3.id251>

Bandeira, Maria de Lourdes (1972). *Os Kariris de Mirandela: Um grupo indígena integrado*. Salvador: EDUFBA.

Branco, Maria Carolina Arruda (2023). *Mediação e negociação entre mundos: uma etnografia do prestígio e da liderança de uma mulher Kiriri em Caldas/MG*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados.

____ (2024). Notas sobre o ritual da Jurema: pessoas-relação e encantados entre o povo Ibiramã Kiriri do Acré. *Cadernos de Campo*, 24(esp. 1), e024009. <https://doi.org/10.47284/cdc.v24iesp.1.18331>

Brasileiro, Sheila (1996). *A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia.

Bonfim, Evandro de Sousa & Durazzo, Leandro (2023). Retomadas linguísticas indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo: um mapeamento. *SciELO Preprints*.

Bort Júnior, João Roberto & Henrique, Fernanda Borges (2020). “Cada um no seu lugar”: domínios territoriais Xukuru-Kariri e Kiriri. *Revista de Antropologia (São Paulo, Online)*, 63(3), e178845.

Bort Júnior, João Roberto (2024). *No ninho dos guerreiros fortes: sociopolítica e territorialidade Xukuru-Kariri no Alto Rio Pardo (Caldas/MG)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas.

____ (2021). Transformações Xucuru-Kariri: o Ruãynyn'rẽuẽ e outras formas gráfico-verbais no Alto Rio Pardo (Minas Gerais, Brasil). *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 545-604

Carvalho, Maria Rosário de & Reesink, Edwin Boudewijn. (2018). Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (87), 71–104.

Clastres, Pierre (2014). *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify.

De La Cadena, Marisol ([2015] 2024). *Seres-terra: cosmopolíticas em mundos andinos*. Tradução de Caroline Nogueira, Fernando Silva e Silva. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Durazzo, Leandro (2019). *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimento, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

____ (2022). O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística. In C. G. Severo (Org.), *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas* (pp. 149–168). São Paulo: Pontes Editores.

Franchetto, Bruna (2014). Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para a revitalização. *Museu Nacional*. Disponível em: <https://nupeli-gela.weebly.com/revitalizacelatildeo.html>

Henrique, Fernanda Borges (2019). *Por um lugar de vida: os Kiriri do Rio Verde, Caldas-MG*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas.

Henrique, Fernanda Borges & Ramos, Roseni (2021). Os Kiriri do Acré e o resgate da língua indígena. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6(2), 514–544.

Maciel, Lucas da Costa & Henrique, Fernanda Borges (2022). Terras que renascem: histórias esperançadas apesar do Antropoceno. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 14(2), jul./dez.

Maia, Marcus (2006). A revitalização de línguas indígenas e seu desafio para a educação intercultural bilíngue. *Tellus*, 6(11), 61–76.

Mamiani, Luis Vicencio. (1942 [1698]). *Catecismo da doutrina christãa na lingua brasilica da nação Kiriri*. Lisboa. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amamiani-1698-catecismo/mamiani_1698_catecismo_brown.pdf Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

____ (1877 [1699]). *Arte de grammatica da lingua brazilica da nação Kiriri*. 2^a edição (com notas introdutórias de Batista Caetano de Almeida Nogueira). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amamiani-1877-arte/mamiani_1877_arte_google.pdf Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

Martins, Edílson (2014). Situação das línguas indígenas brasileiras. In A. B. Bonfim & F. V. F. Costa (Orgs.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA.

Monserrat, Ruth Maria Fonini (2014). Elaboração de material didático-pedagógico para as escolas indígenas. In A. B. Bonfim & F. V. F. Costa (Orgs.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA.

Moraes, Vanessa. (2021). Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e língua morta a partir do contexto kiriri. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6(2), 485–513.

Nantes, Bernardo de. (1896 [1709]). *Catecismo da língua Kariris*. Leipzig: B. G. Teubner. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anantes-1896-catecismo/nantes_1896_catecismo_google.pdf Acesso em 27 de fevereiro de 2025.

Nascimento, Marco Tromboni de Souza (2013). *As ramas e o vinho da Jurema: metáforas rituais entre os índios do sertão nordestino ou uma teoria unificada do ritual e da linguagem*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia.

Nascimento, Rafael Caetano do. (2024). “Cantar, contar, imagear: sopros para uma educação intercultural indígena com Aldeia Ibiramã Kiriri do Acré”. *Revista ClimaCom, Território e povos originários | pesquisa – artigos | ano 11, no. 26*.

Nikulin, Andrey (2020). *Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília.

Oliveira, João Pacheco de (2016). *O nascimento do Brasil e outros ensaios: identidades, fronteiras e a experiência indígena no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Oliveira, Maria das Dores de (2014). Revitalização da língua Ofayé; desafios e perspectivas. In A. B. Bonfim & F. V. F. Costa (Orgs.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA.

Pereira da Silva, Fábia (2014). Ensino da língua Yaathe nas escolas da comunidade Fulni-ô. In A. B. Bonfim & F. V. F. Costa (Orgs.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA.

Ramos, Carliusa Francisca; Pankaru, Roseni Ramos; Wunder, Alik (orgs.) (2021). *Escola Indígena Ibiramã Kiriri do Acré: livro dos saberes tradicionais do povo Kiriri do Acré*. Volume 1. Caldas: UK'A.

Rodrigues, Aryon D. (2014). *Classificação nominal em Karirí*. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 6(1).

Rodrigues, Jardel Jesus Santos (2021). É possível uma antropologia dos sonhos no Nordeste indígena? *Maloca – Revista de Estudos Indígenas*, 4, 01–25.

Silva, Cláudia Cunha Torres da (2014). Educação especial e educação escolar indígena: aproximações e distanciamentos legais. In A. B. Bonfim & F. V. F. Costa (Orgs.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA.

Vander Velden, Felipe Ferreira & Silveira, Flávio Leonel Abreu da (2021). Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. *Revista Ñanduty*, 9(13), 1–18. <https://doi.org/10.30612/nty.v9i13.15540>

Recebido em 15 de fevereiro de 2025.

Aceito em 15 de julho de 2025.

Línguas encantadas, memórias vivas: o povo Kiriri do Acré e a retomada da língua Pankawá

Resumo

O presente artigo aborda o processo de retomada linguística do povo Kiriri do Acré, destacando as particularidades da *língua Pankawá* em diálogo com outros contextos linguísticos. A partir de uma abordagem etnográfica, busca-se descrever como os Kiriri articulam saberes ancestrais, materiais escritos e relações com os *Encantados* para retomar uma língua viva e situada. A *língua Pankawá* não é apresentada como uma retomada puramente linguística, mas como expressão de um percurso histórico de alianças, deslocamentos e experiências compartilhadas com outros povos indígenas. Os Kiriri do Acré elaboraram uma forma própria de fala, entre registros, rituais e encontros interétnicos, afirmando que a *língua*, assim como os territórios, também se constrói no movimento e na relação.

Palavras-chave: *Pankawá; Kiriri do Acré; Retomada da Língua; Encantados; Ciência.*

Enchanted languages, living memories: the Kiriri do Acré People and the revival of the Pankawá language

Abstract

This article discusses the process of linguistic revival of the Kiriri do Acré, highlighting the particularities of the *Pankawá* language in dialog with other linguistic contexts. Using an ethnographic approach, the aim is to describe how the Kiriri articulate ancestral knowledge, written materials and relations with the *Encantados* to reconstruct a living and situated language. The *Pankawá* language is not presented as a purely linguistic revival, but as an expression of a historical journey of alliances, displacements and shared experiences with other indigenous peoples. The Kiriri do Acré elaborate their own form of speech, between records, rituals and inter-ethnic encounters, affirming that language, like territories, is also constructed in movement and relationship.

Keywords: *Pankawá; Kiriri do Acré; Language Recovery; Encantados; Ciência.*